



Design de interiores entre gênero, corporeidade e resistência: a margem como espaço epistêmico

Interior design between gender, corporeality and resistance: the margin as an epistemic space

1

Juliana Correia Savelli Graça, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.
archjulianasavelli@gmail.com

Resumo

O design de interiores ocupa um espaço marginal dentro dos campos do design e da arquitetura, sendo frequentemente associado ao doméstico, ao decorativo e ao subjetivo, categorias historicamente vinculadas ao universo feminino e desvalorizadas nos discursos acadêmicos e científicos hegemônicos. O presente artigo propõe uma crítica epistemológica a essa marginalização, a partir da leitura do ensaio *Choosing the margin as a space of radical openness*, de Bell Hooks (1989). Com base em perspectivas teóricas feministas e pós-estruturalistas, argumenta-se, neste artigo, que as características atribuídas ao gênero feminino, tais como a relacionalidade e a atenção às experiências sensíveis e subjetivas, podem ser apropriadas como fundamentos de uma epistemologia alternativa e crítica para o campo. Em vez de buscar legitimidade por aproximação com saberes dominantes, propõe-se que o design de interiores afirme sua distinção como potência, operando a partir da interioridade, da experiência e da corporeidade, modos legítimos de conhecimento e prática.

Palavras-chave: design de interiores, gênero, interioridade, epistemologia, marginalidade

Abstract

*Interior design occupies a marginal space within the fields of design and architecture, and is often associated with the domestic, the decorative and the subjective realms, which are categories historically linked to the female universe and devalued in hegemonic academic and scientific debates. This article proposes an epistemological critique of this marginalization, based on a reading of the essay *Choosing the margin as a space of radical openness*, by Bell Hooks (1989). Founded on feminist and post-structuralist theoretical perspectives, the present article argues that the characteristics attributed to the female gender, such as relationality and attention to sensitive and subjective experiences, can be appropriated as the foundations of an alternative and critical epistemology for the field. Instead of seeking legitimacy by approaching dominant knowledge, it is proposed that interior design should assert its difference as a form of power, operating from interiority, experience and corporeality, legitimate modes of knowledge and practice.*

Keywords: interior design, gender, interiority, epistemology, marginality





Introdução

O design de interiores, enquanto campo de conhecimento e prática criativa, tem ocupado uma posição secundária nas estruturas disciplinares que organizam a arquitetura e o design como profissões. Por muito tempo, essa área foi associada principalmente às mulheres e vinculada a atributos como a sensibilidade, a intuição e a domesticidade. Essa percepção contribuiu para que o design de interiores fosse visto mais como uma atividade estética ou acessória do que como um campo do saber com base teórica e metodológica própria. Tal entendimento não apenas reduz a complexidade da área, como também reforça lógicas excludentes que desvalorizam saberes associados ao feminino, ao corpo e às experiências subjetivas.

2

Essa posição de marginalidade não é fruto do acaso, tampouco é neutra. Ela reflete uma estrutura de conhecimento pautada por valores normativos, técnicos e, muitas vezes, masculinizados, que determinam o que é reconhecido como válido nas práticas projetuais. Nesse cenário, a ampla presença feminina na profissão não é irrelevante. Ela ajuda a explicar por que práticas ligadas à escuta, ao cotidiano, à sensibilidade e ao afeto seguem sendo desvalorizadas. Diante disso, torna-se urgente repensar as bases epistemológicas do campo, não com o intuito de adaptá-lo aos paradigmas dominantes, mas sim de afirmar sua singularidade como fonte de potência crítica, criativa e transformadora.

Nesse sentido, este artigo parte da compreensão dessa condição periférica para propor uma abordagem crítica e renovada do design de interiores. A partir da noção de “margem como escolha”, formulada por Bell Hooks, busca-se entender a marginalidade não como ausência ou falta, mas como um espaço ativo de resistência e criação. Nesse percurso, articulam-se também os pensamentos de Judith Butler e sua crítica à normatividade de gênero, bem como as contribuições de Luce Irigaray, que convida à valorização da diferença como princípio epistemológico. O objetivo é defender que o design de interiores pode e deve ser compreendido como uma área legítima de produção de conhecimento, pautada por experiências subjetivas, relações sensíveis e modos diversos de habitar o espaço.

Em um contexto em que os debates sobre gênero, diferença e descolonização ganham força nas ciências humanas e aplicadas, refletir sobre o design de interiores a partir da margem deixa de ser apenas uma crítica à exclusão e passa a configurar-se como uma estratégia para ampliar os horizontes do saber e da prática profissional.

Marginalidade, gênero e subalternização no design de interiores

A marginalização do design de interiores não é apenas institucional, mas epistemológica. Ela se manifesta na desvalorização dos modos de pensar, fazer e ensinar que estruturam o campo, frequentemente entendidos como intuitivos, femininos, artesanais ou não teóricos. Ao longo do século XX, consolidou-se uma hierarquia entre a arquitetura e o design de interiores, na qual este último é compreendido como um desdobramento estético ou funcional da arquitetura. Dessa forma, o design deixa de ser concebido como uma disciplina com fundamentos conceituais próprios. Neste contexto, os projetos de interiores ficam a cargo dos arquitetos e são desempenhados como atividades secundárias em relação aos projetos arquitetônicos (MALTA,

2023, p. 24). Tal visão ignora que o design de interiores opera a partir de premissas distintas, muitas vezes centradas no corpo, na experiência cotidiana e nas relações afetivas com o espaço.

Além disso, a associação entre o design de interiores e o universo feminino, tanto pelo número expressivo de mulheres atuantes no campo quanto pelas qualidades atribuídas à sua prática, contribui significativamente para a sua subalternização. As características tradicionalmente vinculadas ao feminino – como a sensibilidade, a atenção ao detalhe, a escuta e a dimensão emocional da experiência espacial – são sistematicamente colocadas em segundo plano frente aos valores técnicos, objetivos e racionalistas, que predominam na arquitetura e no design. Essa divisão reflete uma lógica de gênero que estrutura este campo do conhecimento e define o que é reconhecido como legítimo, rigoroso ou científico.

Em termos teóricos, essa condição pode ser analisada à luz da noção de “subalternidade”, conforme desenvolvida por pensadoras pós-coloniais como a indiana Gayatri Spivak, em sua obra *Pode o subalterno falar?* (2018). A posição subalterna, no presente contexto, refere-se à forma como determinados saberes são silenciados ou autorizados a falar apenas quando moldados pelos códigos dominantes. No caso do design de interiores, essa dinâmica se manifesta na constante busca por legitimação por meio da aproximação com a arquitetura, em vez do reconhecimento de suas especificidades como fonte de conhecimento autônomo. Como aponta a autora, a voz do subalterno não é simplesmente ausente, mas condicionada a um modelo discursivo que a precede e a delimita.

A crítica a essa lógica de silenciamento exige o abandono de uma visão da posição marginal como um ponto de deficiência ou fraqueza em prol do seu reconhecimento como um espaço epistêmico fértil. A partir dessa perspectiva, o design de interiores pode ser compreendido como um campo de saber independente – capaz de formular perguntas próprias, com base em suas experiências, práticas e relações – e que não se restringe a reproduzir os modelos epistemológicos das disciplinas hegemônicas. Reivindicar e posicionar-se à margem, portanto, implica não apenas denunciar a exclusão histórica da disciplina, mas propor sua reconstrução a partir de parâmetros que valorizem a diferença, a interioridade e a subjetividade como dimensões constitutivas do saber.

Escolher a margem: Bell Hooks, Lucinda Havenhand e a reivindicação de uma posição crítica no design de interiores

Comumente associada à exclusão, à ausência de poder ou à invisibilidade institucional, a noção de margem é ressignificada por Bell Hooks como espaço de resistência ativa e de possibilidade epistemológica. Em seu ensaio *Choosing the margin as a space of radical openness* (1989), Hooks salienta que ocupar a margem pode ser uma escolha estratégica, que se estabelece como uma posição consciente de recusa aos centros normativos e, ao mesmo tempo, uma abertura à construção de outras formas de ver, pensar e existir. Dessa forma, refuta-se uma perspectiva limitante da margem como apenas uma condição imposta pela exclusão. A margem, nesse sentido, é um lugar de crítica e invenção, no qual os sujeitos historicamente silenciados ou ignorados podem elaborar discursos que não apenas respondem à dominação, mas também a desestabilizam.

Por isso, a proposta de Bell Hooks é, sobretudo, uma chamada à ação: escolher permanecer na margem como espaço de abertura radical implica assumir uma postura política de enfrentamento das estruturas excludentes do saber. Para o design de interiores, essa escolha significaria assumir como fundamentos epistemológicos precisamente aqueles aspectos que historicamente serviram para desqualificá-lo, isto é, a atenção ao cotidiano, à subjetividade, à sensibilidade e à escuta das experiências vividas nos espaços. Contudo, tais aspectos, longe de enfraquecer o campo, constituem uma base sólida para a construção de uma disciplina crítica, relacional e situada.

Além disso, ao propor a margem como espaço de diálogo e não de isolamento, Hooks recusa a vitimização e aponta para a potência transformadora da diferença. Essa perspectiva é especialmente relevante para se pensar o design de interiores em sua dimensão ética e política, visto que implica o reconhecimento do ambiente construído como território de produção de subjetividades, corpos e relações. O espaço interior, nesse sentido, não é apenas um cenário funcional ou estético, mas um campo simbólico em que se negociam identidades, afetos e formas de estar no mundo. Ao ocupar a margem, o design de interiores pode tornar essa complexidade visível e valorizada, propondo novos modos de pensar e intervir no espaço.

Para a teórica, designer de interiores e professora Lucinda Havenhand, em seus dois artigos, *A view from the margin: interior design* (2004) e *A re-view from the margin: interior design* (2019), a disciplina deve assumir seu caráter marginal, uma vez que vive à margem tanto no que diz respeito ao debate acerca das questões de gênero quanto seu posicionamento subalterno, como área do saber, em relação à arquitetura. Assim, para a autora: “Isso [a percepção da inferioridade do design de interiores] não ocorrerá até que as questões de gênero e marginalidade sejam reconhecidas, consideradas e desconstruídas.” (Havenhand, 2004, p. 34, tradução nossa)¹.

Havenhand, portanto, traça um paralelo entre a posição subalterna tanto feminina quanto do design de interiores, alinhando os debates sobre a disciplina com os discursos feministas. Assim, a autora defende que é necessário tirar proveito e explorar as características femininas e marginais, criando “[...] uma identidade não suplementar única e distinta, separada da arquitetura, mas também com potencial de fornecer um tipo diferente e especial de perspectiva para reformular o mundo construído.” (Havenhand, 2004, p. 38, tradução nossa)²

A partir do trabalho de autoras feministas que exploraram as diferentes qualidades da visão feminina do mundo e a forma como as mulheres percebem e interpretam sua realidade, Havenhand aponta características que, segundo ela, formam um importante *framework* para a pesquisa, para a análise e para o projeto em design de interiores. Essas características seriam: o desejo de conexão e inclusão, uma ética do cuidado e a valorização da vida cotidiana. Segundo a feminista Karen A. Franck (2000), as mulheres definem decisões de design sendo mais motivadas pela ética feminina do cuidado; os homens, por sua vez, são norteados pela ética da justiça.

¹ “This [the understanding of the inferiority of interior design] will not take place until the issues of gender and marginality are recognized, considered and deconstructed.”

² “[...] a unique and distinct non-supplemental identity apart from architecture, but also potential for providing a different and special kind of perspective for re-envisioning the built world.”

Portanto, mulheres designers priorizariam as questões da individualidade e da subjetividade dos usuários, em detrimento dos padrões e standards projetuais.

Ademais, atitudes e emoções são, também, características da perspectiva feminina, além do desejo pela complexidade e pela flexibilidade dentro dos projetos. Essas singularidades fazem com que os usuários tenham maior participação, prejudicando o controle hierárquico dos espaços. Nesse sentido, Havenhand afirma:

Um bom design cria um tipo de “segunda pele” que facilita ou reflete não apenas as necessidades funcionais do seu “usuário”, mas também suas necessidades emocionais, pessoais e espirituais. O design de interiores preocupa-se com necessidades mais íntimas do seu usuário, ou seja, as necessidades íntimas da nossa própria interioridade³. (Havenhand, 2004 p. 40, tradução nossa)

Em seu texto de 2019, *A re-view from the margin*, Havenhand ainda define que reconhecer essa posição marginal pode tornar-se algo potencialmente forte e criativo, criando identidades autônomas e bem-sucedidas para a disciplina. Neste artigo, a autora retoma as posições do seu artigo precedente, reiterando e reafirmando sua conclusão, quando ela salientou:

[...] ao invés de ser visto como uma subcategoria ou um suplemento inferior à arquitetura, o design de interiores pode ser visto como tendo o potencial de ser uma atividade verdadeiramente transgressora, criativa e transformadora, que desempenha um papel único na prática e no ensino do design.⁴ (Havenhand, 2004, p. 42, tradução nossa)

As proposições de Bell Hooks e Lucinda Havenhand sugerem que o design de interiores, ao invés de aspirar ao centro, pode consolidar-se como um campo epistemologicamente autônomo a partir da margem. Essa escolha estratégica fortalece sua capacidade crítica e aponta para um fazer projetual comprometido com a diferença, a ética do cuidado e a escuta das experiências invisibilizadas — dimensões cada vez mais urgentes nas práticas de projeto contemporâneas.

Gênero, performatividade e diferença: contribuições de Judith Butler e Luce Irigaray

A construção social do gênero, enquanto estrutura que organiza comportamentos, saberes e posições de poder, está no centro das teorias feministas contemporâneas. No contexto do design de interiores, compreender como o gênero atua na marginalização da disciplina é fundamental para propor novas epistemologias, que reconheçam e valorizem as experiências tradicionalmente atribuídas ao feminino. Por conseguinte, as contribuições das filósofas Judith Butler e Luce Irigaray são essenciais para aprofundar a crítica à normatividade disciplinar e para pensar formas alternativas de produção de conhecimento no campo.

³ “Good interior design creates a kind of “second skin” that facilitates or reflects not only the functional needs of its “wearer” but their emotional, personal and spiritual needs as well. Interior design is concerned with more intimate needs of its user, i.e., the intimate needs of our own interiority.”

⁴ “[...] instead of being seen as a subcategory or inferior supplement to architecture, interior design can be seen as having the potential for being a truly transgressive, creative and transforming activity with a unique role to play in design practice and education.”

Judith Butler, em sua teoria da performatividade de gênero, argumenta que o gênero não é uma essência fixa ou natural. Pelo contrário, trata-se de um efeito das repetições de atos, discursos e normas que constroem as identidades sexuais ao longo do tempo. A identidade de gênero, para a autora, resulta de práticas reiteradas que podem tanto reproduzir quanto subverter expectativas sociais e culturais. No caso do design de interiores, essa perspectiva permite compreender como a associação da disciplina ao “feminino” — à domesticidade, à emoção, à ornamentação — não é uma consequência natural da presença de mulheres na profissão, e sim uma construção performativa que consolida sua posição subalterna. Ao evidenciar a instabilidade das normas de gênero, a crítica de Butler abre caminho para a reconfiguração dessas práticas. Isso porque os atos que compõem o design de interiores podem ser reapropriados criticamente, passando, dessa forma, a desafiar os discursos hegemônicos que o desvalorizam.

Luce Irigaray, por sua vez, propõe uma valorização da diferença sexual como caminho para romper com a lógica do pensamento ocidental, que, historicamente, se estruturou a partir da negação ou assimilação do feminino pelo masculino. Para Irigaray, a linguagem, a filosofia e a ciência foram construídas a partir de um modelo universal masculino, o qual exclui ou reduz a mulher à alteridade sem voz. Sua proposta vai além da inclusão das mulheres nesse sistema e centra-se na criação de um espaço simbólico próprio para o feminino, fundado em seus modos específicos de existência, expressão e relação com o mundo. Essa perspectiva, transposta para o campo do design de interiores, convida à afirmação de uma epistemologia que não busque apenas se equiparar aos modelos técnicos e racionais da arquitetura, mas, sobretudo, que reconheça a sensibilidade, a interioridade, a atenção ao corpo e aos afetos como sendo elementos constitutivos do saber projetual.

Ao se cotejar as obras de Butler e Irigaray, não é possível pensar em abordagens plenamente convergentes. Contudo, é possível reconhecer a tensão produtiva entre elas. Isso porque, enquanto Irigaray afirma a necessidade de criar um espaço simbólico próprio do feminino, como maneira de romper com a lógica universal masculina, Butler coloca em questão a própria categoria de diferença sexual como fundamento estável. Sua proposição não é a de afirmar uma identidade ou essência feminina, mas a de expor o caráter performativo e normativo das marcas de gênero. Assim, a autora salienta como essas marcas podem ser reiteradas ou torcidas em direção a novas possibilidades de subjetivação. Essa tensão, longe de ser um problema, oferece um terreno fértil para o design de interiores: por um lado, abre espaço para pensar a epistemologia fundada na afirmação da diferença simbólica; por outro, evidencia que essa diferença é sempre instável, contingente e sujeita a reinvenções performativas.

Assim, ao invés de negar as marcas de gênero que atravessam a história e a prática do design de interiores, propõe-se, neste artigo, uma dupla estratégia epistemológica. Tendo por base as proposições defendidas por Irigaray, busca-se reivindicar e afirmar positivamente essas marcas, reconhecendo-as como potenciais constitutivos de um saber próprio. Concomitantemente, em um diálogo com Butler, intenta-se revelar a contingência dessas mesmas marcas, evidenciando seu caráter performativo e normativo, de modo a abrir espaço para múltiplas formas de subjetivação que não se fixem em identidades pré-determinadas.

O contexto brasileiro: o design de interiores entre margens e epistemologias subalternas

O percurso histórico do design de interiores no Brasil foi profundamente moldado por influências estrangeiras, sobretudo europeias, e por uma estética alinhada aos valores da burguesia urbana emergente do século XX. Modelos franceses, italianos e alemães chegaram ao país por meio das elites, das escolas de belas-artes e por meio das revistas especializadas, que promoviam uma ideia de bom gosto associado à sofisticação europeia e à distinção social. Essa trajetória foi marcada, primordialmente, pela apropriação de modelos internacionais e pela tentativa de consolidar uma identidade própria no campo do projeto de espaços internos.

7

Um marco importante nesse processo foi a fundação do Instituto de Artes e Decoração (IADE), em 1956, por Ítalo Bianchi, em São Paulo. A proposta pedagógica do IADE foi fortemente inspirada pelos princípios bauhausianos, valorizando a integração entre arte, técnica e função, e buscando uma formação mais sistematizada e moderna para os profissionais da área (SANTOS et al., 2020, p. 13–39).

Apesar de seu papel pioneiro na formalização do ensino voltado ao design de interiores, a estrutura curricular e a orientação estética do IADE também refletiam uma hierarquização dos saberes. O projeto de interiores era, frequentemente, percebido como uma atividade menor, associada ao gosto, ao decorativo e ao feminino. Dessa forma, ele contrastava com o prestígio técnico e racional atribuído à arquitetura e ao urbanismo. Esse enquadramento contribuiu para a subalternização epistemológica do campo, relegando-o a uma posição de menor legitimidade dentro das disciplinas do projeto.

Essa divisão não apenas afetou o estatuto acadêmico do design de interiores, mas também delimitou quem podia ocupar esse espaço de atuação. O IADE, nesse sentido, tornou-se um espaço de formação que, embora vinculado a uma lógica institucional modernista, abrigou sobretudo mulheres, muitas vezes excluídas das profissões técnicas tradicionais. A prática projetual foi ali ressignificada como campo de agência e elaboração crítica, ainda que restrita por normas e estigmas persistentes. Essa dimensão de gênero, longe de ser secundária, constitui um dos eixos estruturantes da trajetória do design de interiores no Brasil.

No contexto brasileiro, a crítica feminista à epistemologia hegemônica do design de interiores ainda é incipiente. Todavia, ela encontra vozes relevantes que tensionam os limites do campo. Podemos citar como exemplo a historiadora Margareth Rago (1948 -), que embora não seja diretamente vinculada ao design, oferece importantes contribuições para uma compreensão situada e encarnada do conhecimento. Rago propõe uma ruptura com a ideia de um sujeito neutro e universal. Sua leitura da epistemologia feminista como campo que valoriza a experiência, a subjetividade e o corpo enquanto instâncias legítimas de produção de saber ressoa profundamente com a prática do design de interiores, frequentemente associada a qualidades como a sensibilidade, o cuidado e a atenção ao detalhe, características tradicionalmente desqualificadas nos discursos científicos. Em sua obra *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), a autora defende que a escrita de si, como prática feminista,

não é apenas autobiográfica, mas uma forma legítima de produção de saberes, responsável pelo rompimento com as normas epistêmicas da modernidade e, portanto, neutras, objetivas e masculinas. Para Rago, os feminismos e as escritas de si oferecem outras possibilidades de subjetivação e de construção de saberes, vinculadas ao corpo, à memória e à vida cotidiana. Nesse sentido, reapropriar-se dessas qualidades a partir de uma perspectiva crítica permite deslocar o design de interiores da posição marginal que ele ocupa e reinscrevê-lo como campo de resistência epistemológica.

Outra contribuição atual e significativa para a discussão sobre gênero e epistemologia, desta vez aplicada ao design de interiores, é oferecida por Zacar e Santos (2020), que analisam como os discursos e escolhas projetuais são marcados por códigos de gênero. Em seu estudo, as autoras evidenciam como elementos tais como materiais, cores e símbolos decorativos atuam na constituição de espaços domesticamente generificados, revelando que a linguagem do projeto não é neutra, mas profundamente imbricada em construções culturais do feminino e do masculino. Essa leitura sugere que o design de interiores, para além de reproduzir as convenções de gênero, pode, também, operar como espaço de contestação simbólica. Para as autoras, pensar o design de interiores implica reconhecer sua dimensão sensível, afetiva e corporal como componentes constitutivos do saber projetual e não como aspectos acessórios ou decorativos. Ao valorizar as práticas cotidianas, os gestos de cuidado e a composição do espaço vivido, Zacar e Santos propõem um deslocamento da centralidade epistêmica para as margens, abrindo espaço para a valorização de outros modos de conhecimento.

Deste modo, mais do que um fazer aplicado, o design de interiores configura-se como campo de produção cultural e política, calcado em práticas situadas, que interpelam formas de vida, modos de habitar e gestos cotidianos. Trata-se de um saber encarnado, relacional e criativo, cujas raízes estão ligadas à produção de mundos sensíveis e à constante reinvenção do espaço vivido. Reconhecer o percurso histórico do design de interiores no Brasil — com ênfase em suas ambiguidades, contradições e potências marginais — é, assim, elemento fundamental para descolonizar e pluralizar os referenciais epistemológicos do campo, abrindo possibilidades para novos discursos e novas práticas projetuais.

Proposições para uma epistemologia crítica do design de interiores

Para compor a proposta de uma nova epistemologia, toma-se por base os estudos da professora e designer Suzie Attiwill, referência central na discussão contemporânea sobre o design de interiores e suas interfaces com a filosofia e a psicanálise. Attiwill lança um novo olhar para conceitos como espaço interior, interioridade e subjetividade. Ademais, a autora apresenta uma compreensão que ultrapassa a ideia de um espaço circunscrito por fronteiras arquitetônicas. Para ela, o interior é uma produção contínua, na qual sujeito, objetos e ambiente emergem conjuntamente em relações dinâmicas. Nessa perspectiva, o espaço interior configura-se como uma construção subjetiva, moldada por experiências, memórias e vivências individuais, que determinam as formas pelas quais os indivíduos se relacionam com o mundo. É justamente essa dimensão vivencial que define o conceito de interioridade, tal como formulado pela autora. Sua

abordagem valoriza as experiências sensoriais, afetivas e temporais, recusando a oposição rígida entre interior e exterior e aproximando-se da noção de espaço vivido.

Portanto, para Attiwill, a interioridade do sujeito pode ser percebida como uma “teia”, composta pelas múltiplas relações estabelecidas com o mundo e pela forma como cada indivíduo afeta e se deixa afetar por elas. Assim, o trabalho das designers de interiores é criar, por meio dos materiais e recursos disponíveis, um espaço no qual sensação, ritmos, texturas e colorações podem emergir. Attiwill ressalta a importância da seleção e da especificação dos materiais no processo de organização da mobília, da iluminação, dos estofados, cores e tecidos, a fim de criar uma composição espacial, temporal e material. Essa capacidade de ativar experiências sensoriais seria, portanto, a principal competência para as designers da atualidade. A este respeito, a autora sintetiza: “Essa relação dinâmica e o processo de seleção como uma técnica na produção do interior e do exterior, da interioridade e exterioridade, posiciona o design de interiores como uma prática crítica do século XXI.” (Attiwill, 2019, p. 543, tradução nossa)⁵

Essa perspectiva também encontra ressonância nos estudos de Gilberto Rangel, em seu artigo *Desafios do design de interiores: o permanente exercício da empatia* (2020). Nesse texto, o autor se propõe a refletir sobre o papel do design de interiores na contemporaneidade, marcada fortemente por questões como desenvolvimento sustentável, responsabilidade e sensibilidade ambiental. O autor defende um olhar afetivo que coloque o corpo como centro da prática projetual, transformando os espaços em ambientes humanizados, que atendam não só às necessidades físicas dos usuários, mas também satisfaçam as necessidades emocionais. Para tanto, é fundamental que as esferas do corpo e da subjetividade dos sujeitos sejam parte integrante das considerações práticas de projeto.

A partir das considerações e discussões levantadas até aqui, este artigo propõe delinear uma nova epistemologia crítica para o design de interiores que reconheça sua condição histórica de marginalidade e, concomitantemente, reafirme-a como espaço estratégico de reinvenção disciplinar. Essa epistemologia parte do entendimento de que o saber projetual, para além da técnica, da função ou da objetividade, inclui formas sensíveis, relacionais e subjetivas de conhecimento que foram sistematicamente excluídas das narrativas dominantes.

A primeira proposição é o reconhecimento da interioridade como fonte epistemológica. Em vez de ser considerada um espaço restrito ao privado e ao doméstico, a interioridade deve ser compreendida como dimensão constitutiva da experiência humana e, portanto, como campo legítimo de investigação e intervenção. Pensar a partir do interior implica valorizar as práticas cotidianas, as atmosferas, as memórias e os afetos que estruturam a vivência dos espaços. Essa abordagem desloca o foco da monumentalidade e da funcionalidade — valorizadas pela arquitetura — para a experiência vivida e situada. Nesse sentido, a interioridade se desenvolve em qualquer lugar onde o corpo humano habita, da casa ao espaço urbano.

⁵ “This dynamic relation and the process of selection as a technique in the production of interior and exterior, interiority and exteriority, positions interior design as a critical twenty-first century practice.”

A segunda proposição é a valorização da subjetividade como forma de produção de conhecimento. Ao contrário do que preconizam os modelos técnico-racionalistas, a subjetividade não deve ser vista como um obstáculo à objetividade, mas como um elemento constitutivo e essencial de toda prática projetual. O processo de conceber interiores envolve escuta, interpretação e afetação — elementos que não se traduzem em métricas exatas. Contudo, eles produzem conhecimento válido, especialmente em contextos nos quais o espaço se entrelaça com os corpos, as identidades, as histórias e os modos de vida.

A terceira proposição é a afirmação da diferença como valor epistemológico. Tendo por norte as posições de Irigaray, propõe-se que o design de interiores construa sua legitimidade não pela assimilação às disciplinas dominantes, mas a partir daquilo que o distingue: sua atenção ao detalhe, à escala do corpo, ao tempo vivido, à estética do cotidiano. Essa diferença, historicamente associada ao feminino, deve ser ressignificada como potência crítica e criativa, capaz de sustentar uma epistemologia própria.

Por fim, propõe-se uma prática do design de interiores orientada por uma ética da escuta e da abertura à alteridade. Isso implica reconhecer a diversidade de corpos, experiências e modos de habitar, bem como incorporar essa diversidade como princípio metodológico e formativo. Tal perspectiva exige uma revisão dos currículos, das metodologias de ensino e das abordagens projetuais, com vistas à construção de uma disciplina mais inclusiva, sensível e situada.

Ao sistematizar essas proposições, este artigo sugere que o design de interiores pode — e deve — operar como um campo autônomo e crítico, cuja força reside justamente em sua capacidade de habitar e transformar as margens. Longe de ser uma disciplina menor, o design de interiores, quando repensado a partir de epistemologias feministas e subjetivas, revela-se como um território fértil para novas formas de pensar o espaço, o saber e a prática.

Considerações finais

Este artigo propôs uma leitura crítica da marginalização histórica do design de interiores, com o objetivo de fundamentar uma epistemologia feminista e situada para o campo. Partindo da compreensão da margem como espaço de potência — e não de carência ou deficiência —, argumentou-se que os atributos historicamente desvalorizados por sua associação ao feminino — como a subjetividade, a interioridade, a sensibilidade e a atenção ao cotidiano — podem constituir os fundamentos de uma prática projetual autônoma e crítica.

Ao reverter a lógica que posiciona o design de interiores como disciplina auxiliar ou decorativa, defende-se que é precisamente na sua diferença em relação aos modelos técnico-racionalistas da arquitetura que reside sua força epistemológica. Reapropriar-se da marginalidade como escolha política e criativa permite ao campo resistir às estruturas de poder que o subalternizam, bem como propor novas formas de produzir conhecimento, habitar o espaço e exercer o projeto.

Em um cenário contemporâneo marcado por transformações sociais, epistemológicas e pedagógicas, torna-se urgente repensar as bases disciplinares que sustentam o design de interiores. A valorização da diferença, da experiência e da subjetividade não deve ser entendida como fragilidade, mas como condição necessária para o alargamento dos horizontes da prática e da teoria projetual. Importa destacar, entretanto, que diferença não assume aqui um sentido unívoco: em Irigaray, trata-se da afirmação simbólica de um lugar feminino; em Butler, da crítica à naturalização dessas categorias e da abertura performativa para outras possibilidades de existência. É precisamente nessa tensão entre afirmação e desconstrução que o design de interiores encontra sua força crítica, podendo posicionar-se como campo estratégico para a construção de futuros mais inclusivos, sensíveis e plurais.

Referências

- ATTIWILL, Suzie. A New Image for Interior and Interiority. In: BROOKER, Graeme *et al.* **Interior Futures**. Crucible Press, California, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- HOOKS, Bell. Choosing the margin as a space of radical openness. In: **Talking back: thinking feminist, thinking black**. Boston: South End Press, 1989.
- MALTA, Marize. Por dentro da história: composições de interiores a partir da arte decorativa In: GEOFFROY, Nora *et al.* **Interiores 50 anos: celebração e resistência**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2023, p. 24-41.
- SANTOS, Victor, HERNANDEZ, Maria Helena, SANTOS, Emyle. Ensino e prática do design de interiores no Brasil: Influências nacionais e internacionais. In: HERNANDEZ, Maria Helena. (org). **Encontros e conexões em design de interiores e ambientes**. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 13-39.
- FRANCK, Karen A. A Feminist approach to architecture: Acknowledging women's ways of knowing. In RENDELL, Barbara. *et al.* **Gender Space Architecture**. London: Routledge, 2000.
- HAVENHAND, Lucinda. A view from the margin: interior design. **Design Issues**: vol. 20, n.4, Autumn, MIT, 2004, p. 32-42.
- HAVENHAND, Lucinda. A re-view from the margin: interior design. **Design Issues**: vol. 35, n.1, Winter, MIT, 2019, p. 67-72.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- RANGEL, Gilberto. Desafios do design de interiores: o permanente exercício da empatia In: GEOFFROY, Nora *et al.* **Interiores 50 anos: celebração e resistência**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2023, p. 116-125.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.
- ZACAR, Cláudia.; SANTOS, Marinês. O design de interiores como prótese de gênero: um estudo sobre ambientes projetados para casais e para crianças In: **Estudos em Design**: v.28, n. 3, 2020, p. 142 – 155.



Sobre a autora

Juliana Correia Savelli Graça

Arquiteta e historiadora, mestre em Design pela Universidade de Estudos Aplicados de Berlim (Alemanha). Professora no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, pesquisa o design moderno brasileiro em suas relações com a corporeidade e a fenomenologia.

ORCID. <https://orcid.org/0009-0006-8995-6974>